



8 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 4 de março de 2022

Bolsas Na quinta-feira 0,01% São Paulo 0,53% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 111.725 115.174 23/2 24/2 25/2 2/3	Salário mínimo R\$ 1.212	Dólar Na quinta-feira R\$ 5,028 (-1,55%)	Últimas cotações (em R\$) 23/fevereiro 5,004 24/fevereiro 5,105 25/fevereiro 5,156 2/março 5,107	Euro Comercial, venda na quinta-feira R\$ 5,561	Capital de giro Na quinta-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 11,13%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54
--	--	---	---	---	---	---	---	--

CONJUNTURA

Petróleo caro põe o governo na defensiva

Barril acima dos US\$ 110 aumenta a pressão para a tomada de uma decisão que não atinja em cheio o bolso do consumidor

» DEBORAH HANA CARDOSO
» FERNANDA STRICKLAND

Com os altos patamares do preço internacional do barril de petróleo causados pela invasão da Ucrânia pela Rússia — ontem, o barril do tipo Brent voltou a fechar acima dos US\$ 110 —, aumentou a pressão sobre o governo federal por uma ação a fim de evitar a disparada dos preços dos combustíveis nas bombas. O consumidor tem motivos para se preocupar: desde 11 de janeiro, a Petrobras não pratica um aumento nas refinarias e segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a defasagem em relação à cotação internacional chegou a 25%.

Os contratos de petróleo fecharam, ontem, em queda, mas não a ponto de tranquilizar a área econômica do governo. As justificativas para a redução foram mais uma rodada de negociações sobre um cessar-fogo na Ucrânia e a chance de um acordo nuclear com o Irã.

O barril do Brent para maio, negociado em Londres — o padrão adotado pela Petrobras —, cedeu 2,19%, a US\$ 110,46, enquanto o WTI para abril, negociado em Nova York, teve queda de 2,65%, a US\$ 107,67. Os contratos operaram com instabilidade ao longo de toda a sessão, a ponto de o Brent ter batido em US\$ 119,84 na máxima do dia.

Na análise da Capital Economics, o aumento da oferta pelo Irã deve acontecer assim que o acordo nuclear for fechado. A projeção é de que os preços caiam entre US\$ 5 e US\$ 10 por barril. Já a TD Securities alerta: não há, no cenário atual, uma fonte capaz de compensar de modo confiável a produção russa imediatamente. Os preços do petróleo devem permanecer altos e propensos a novos picos, dizem os analistas.

Política pública

De acordo com Sérgio Araújo, presidente executivo da Abicom, a Petrobras vende a gasolina aos postos no preço médio por R\$ 1,10 por litro abaixo da paridade. “Com esse preço, as importações por agentes privados ficam totalmente inviabilizadas. Isso traz um certo risco de desabastecimento porque as refinarias brasileiras não conseguem atender a demanda. No caso do óleo diesel, é necessário importar 25%; da gasolina, em torno de 10% a 15%”, disse.

Araújo admite que é legítima a pressão feita sobre o governo federal. Segundo ele, é “preciso estabelecer uma política social pública de forma a evitar que a sociedade pague e que também a Petrobras não seja prejudicada no seu resultado. O não reajuste pela Petrobras implica em uma operação com prejuízos”, alertou.

Especialista em regulação econômica, Paulo César Coutinho explica que o modelo de determinação do preço do petróleo no Brasil é bem fundamentado. “Para alterar, não pode ser por

ED ALVES/CB/D.A.Press



Impacto da invasão da Ucrânia ainda é avaliado. Mas com barril acima dos US\$ 110, Petrobras terá de repassar ao consumidor

Cinco perguntas para Jean Paul Prates (PT-RN), relator dos projetos sobre combustíveis no Senado

» RAPHAEL FELICE

Zerar os impostos, como deseja o governo, é a melhor alternativa?

No ano passado, o barril do petróleo estava por volta de US\$ 80, hoje está mais de US\$ 110. Se os impostos fossem zerados antes da guerra no Leste Europeu, assim que batesse em US\$ 105 a isenção sumiria. A Conta de Estabilização vai atacar o problema do preço na base. Se não fizermos isso, não adianta falar em isenção ou diminuição dos impostos.

O governo, porém, insiste em zerar os impostos federais sobre os combustíveis.

Não adianta o governo ficar fechado com relação à Conta de Estabilização e a gente dar isenção. E ela ser comida pela alta do barril do petróleo depois.

Como funciona a Conta de Estabilização?

Preserva o preço para o produtor do combustível, seja importador ou nas refinarias — ele recebe

Waldemir Barreto/Agência Senado



Prates: isenção fiscal proposta pelo governo é insuficiente

o preço do mercado. A Conta amortece o preço para o consumidor final. Quanto vai ser amortecido, quem vai decidir é o governo. Quanto mais dinheiro ele puser nessa conta, mais vai amortecer os combustíveis. Se botar R\$ 50 bilhões daqui até dezembro, consegue amortecer o

R\$ 50 bilhões?

O dinheiro que nós previmos para a conta são dividendos da Petrobras pagos ao governo, royalties e demais participações na indústria que são proporcionais ao preço do petróleo. A ideia é o governo devolver o lucro extraordinário para a população. Isso se chama *windfall profit* pela valorização do petróleo. Significa “lucro que veio do acaso”, da alta do petróleo. Precisamos ver isso e depois a isenção porque ela bate no orçamento geral e vai gerar desinvestimento em diversas áreas.

Tem outra alternativa?

Quem está na encruzilhada é o governo, que propõe (a redução do) PIS/Cofins, que é um troco para o governo federal. Para um governador abrir mão do ICMS, o peso é muito maior. É absurdo imaginar que um governador vai zerar imposto de combustível, que é cerca de 20% da arrecadação. (Os governadores) não estão dispostos, nessa discussão reta e ingênua, de trocar um imposto pelo outro o federal pelo imposto estadual. A diferença de impacto na arrecadação é muito grande.

De onde vão sair esses

commodity) uma forma de proteção”, disse.

Procurada pelo **Correio**, a Petrobras deixou claro que não tem como adiantar qualquer decisão sobre ajuste ou manutenção dos preços atuais. Salientou que não abre mão do compromisso com

a prática de preços competitivos e em equidade com o mercado internacional, “evitando repassar a volatilidade externa e da taxa de câmbio causada por eventos conjunturais”. **(Com Agência Estado e colaboração de Maria Eduarda Cardim)**

Programa de independência

» CRISTIANE NOBERTO

A fim de diminuir o impacto da dependência dos fertilizantes produzidos por Rússia e Belarus, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, anunciou, ontem, que um programa nacional de fertilizantes estará nas mãos de Jair Bolsonaro até o final deste mês. Durante a live do presidente, ela disse que se trata de uma proposta que vem sendo estudada desde 2019 e que, agora, com a guerra no Leste Europeu, é necessário acelerar e tirar do papel. Tereza admitiu que, enquanto houver a guerra, não será possível normalizar a importação do insumo.

“O problema não é a Rússia restabelecer (a venda de fertilizantes). O que nós temos é uma suspensão desse comércio, porque não há como pagar e nem existem navios seguros para carregar esses adubos. O problema é da guerra: enquanto estiver acontecendo, é totalmente descartada a possibilidade de receber daqueles dois países (Rússia e Belarus)”, explicou.

Segundo a ministra, o programa nacional de fertilizantes poderá trazer mais facilidade em atrair investimentos para ureia e amônia no Brasil. “Faz parte da segurança alimentar do Brasil. É um item muito importante colocar como política nacional”, enfatizou.

Bolsonaro também frisou que, se o Brasil explorasse a foz do Rio Madeira, teria insumo para mais de 200 anos. “Temos tudo para dar certo aqui e nem precisávamos estar importando lá de fora. Estaríamos livres”, disse.

Estoques

O Ministério da Agricultura voltou a garantir, ontem, que o Brasil tem estoque suficiente de fertilizantes para o consumo interno até outubro deste ano. Foi o que afirmou o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Bastos Filho. Esse cálculo, porém, se choca com o da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda): segundo a entidade, o Brasil tem disponibilidade apenas para até o início de junho.

A estimativa do governo incluiu dois fatores: o que já está garantido, de posse das indústrias produtoras; e o imponderável, que são as importações que ainda serão realizadas. “Não podemos pensar que vai interromper totalmente as exportações de outros países. Muito volume já foi comprado antecipadamente pelos produtores. É uma dinâmica que nos mostra que até outubro ainda tenha algum tipo de abastecimento”, disse Bastos.

O cálculo do ministério leva em consideração, também, o fluxo marítimo internacional — que a pasta crê que não haverá interrupção. “Vai depender do quanto a guerra vai afetar o transporte desse produto, mas não estamos vendo cenário catastrófico”, salientou.